

NA USF:

- ⇒ O adulto que seja **incapaz** deverá ser acompanhado por **acompanhante por determinação judicial** que deve ser portador do **documento comprovativo**
- ⇒ O **médico/enfermeiro** deve **informar o acompanhante** de todos os seus atos, certificando-se de que toda a informação foi compreendida
- ⇒ Se houver uma diretiva escrita pelo doente exprimindo a sua vontade, informe o **profissional** para que deve tê-la em conta quando aplicável à situação em causa
- ⇒ Quando o tratamento é necessário e **urgente**, e ninguém com autoridade legal está presente, o **profissional deve realizar** os tratamentos necessários para salvar a vida da pessoa ou evitar a deterioração grave da sua saúde
- ⇒ Sempre que as decisões do acompanhante **são contrárias ao melhor interesse** do utente, o profissional de saúde irá requerer **suprimento judicial**

A informação contida nesta brochura não constitui aconselhamento jurídico e não é um substituto do aconselhamento judicial. As dúvidas poderão ser colocadas à Comissão de Ética da Saúde.

Contacte o secretariado clínico, o médico ou o enfermeiro de família.

SUBSTITUIÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO



As pessoas têm o **direito de serem apoiadas** na tomada das **suas próprias decisões**.

Deve ser dado todo o **apoio para que consigam comunicar** essas mesmas decisões, em vez de se presumir que a pessoa perdeu capacidade.

Um **profissional de saúde presume a capacidade de decidir enquanto não se provar o contrário** em todos os utentes ≥ 18 anos ou ≥ 16 anos, desde que o médico comprove a existência de capacidade para tal.

Se ≥ 18 anos não compreende as informações ou não é capaz de considerar as consequências, por razões de saúde/ deficiência/ pelo seu comportamento

Exemplos possíveis: Demências, Doenças mentais graves, Atrasos do desenvolvimento, Lesões cerebrais (pós- AVC, pós acidentes), Dependências graves de álcool ou drogas, Doenças graves com mau prognóstico (oncológicas graves, neurológicas graves,...)



A incapacidade tem que ser declarada por decisão judicial

Dirigir-se a tribunal e iniciar processo para obter acompanhante por determinação judicial

- O acompanhamento do maior visa assegurar o seu bem-estar, a sua recuperação, o pleno exercício de todos os seus direitos e o cumprimento dos seus deveres
- Existem diferentes regimes atribuídos ao acompanhante (responsabilidade parental/representação geral ou especial/administração total ou parcial de bens/autorização só para determinados atos...)
- Podem ser designados vários acompanhantes com diferentes funções, especificando-se as atribuições de cada um
- O acompanhamento pode ser requerido e instaurado dentro do ano anterior à maioridade, para produzir efeitos a partir desta
- O tribunal revê as medidas de acompanhamento em vigor de acordo com a periodicidade que constar da sentença e, no mínimo, de 5-5 anos

Se < 16 anos

(ou 16-17 anos sem capacidade avaliada pelo médico nem emancipado pelo casamento)



- Não poderá decidir sozinho
- Deverá ser ouvido e a sua opinião deverá ser tida em conta na tomada de decisão por parte dos pais
- Quanto mais maturidade possua o menor, mais esta opinião deverá ser valorizada
- Deve informar a equipa de saúde quem exerce a responsabilidade parental (em caso de divórcio, falecimento dos pais, pais incógnitos ou por estes se encontrarem impedidos de exercer o poder paternal)

Exceção em adolescentes no Planeamento familiar:

- A lei não impõe quaisquer barreiras ao acesso a métodos contraceptivos e de emergência tenham os jovens a idade que tiverem
- o seu direito à privacidade também terá de ser respeitado



O responsável deve ter sempre em atenção os valores e desejos da pessoa que está a tomar as decisões